

**Despacho n.º 24 636/2007**

Considerando que, no âmbito da reestruturação da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, esta passa a ter como atribuição a acreditação das entidades formadoras, de acordo com o n.º 1 e a alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 210/2007, de 29 de Maio, anteriormente a cargo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 115/97, de 12 de Maio, que criou o Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., é revogado pelo Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho, publicado em 1 de Agosto e que entrará em vigor em 1 de Setembro de 2007;

Considerando que se encontra vago o cargo de director de serviços de Qualidade e Acreditação, criada pela Portaria n.º 633/2007, de 30 de Maio, que regula a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, bem como as competências das suas unidades orgânicas;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, como directora de serviços de Qualidade e Acreditação da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho a licenciada Anabela Marques Fernandes Solano, do quadro de pessoal do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., a qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

**Currículo académico e profissional**

Identificação — Anabela Marques Fernandes Solano.

Data de nascimento — 1 de Maio de 1967.

Habilitações académicas — licenciada em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa; diploma universitário de especialização em Ciências de Educação, na área de Organização e Gestão da Formação pela Universidade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa.

Actividade profissional mais relevante:

Na Confederação dos Agricultores de Portugal, subdirectora do Centro de Formação Agrícola da CAP, em Almeirim, de 1 de Agosto de 1993 a 31 de Maio de 1996; quadro do Departamento de Formação da CAP, em Lisboa, de 1 de Junho de 1996 a 31 de Janeiro de 1999;

No Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), contrato a termo certo com categoria equiparada a técnica superior de 1.ª classe, escalão 4, no projecto «Acreditação de entidades formadoras», de 1 de Fevereiro de 1999 a 31 de Março de 2001; contrato administrativo de provimento com a categoria de técnica superior de 2.ª classe, de 1 de Fevereiro de 2001 a 10 de Dezembro de 2002; ingresso no quadro de pessoal do INOFOR com a categoria de técnico superior de 2.ª classe, a 11 de Dezembro de 2002;

No Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., ingresso na categoria de técnica superior de 1.ª classe, a 16 de Agosto de 2005; nomeada coordenadora da equipa do projecto «Acreditação de entidades formadoras», a 1 de Abril de 2007.

Formação mais relevante — curso de auditores da qualidade (CEQUAL), de 13 de Outubro a 19 de Dezembro de 2006, num total de cento e dezanove horas; curso auto-avaliação de acordo com o modelo de excelência da EFQM, de 24 de Maio a 9 de Junho de 2006, com a duração de trinta e cinco horas; curso de comportamento organizacional orientado para a produtividade e qualidade da Administração Pública, realizado de 15 a 19 de Novembro de 2004, com a duração de trinta horas; curso de metodologias de auditorias da qualidade NP EN 30011-1,2,3, de 9 a 30 de Outubro de 2001, com um total de trinta e cinco horas; curso de promotores de formação (IEFP), de 30 de Março de 1992 a 29 de Junho de 1993, num total de 15 meses.

**Despacho n.º 24 637/2007**

Considerando que se encontra vago o cargo de director de serviços para as Relações Profissionais nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, criada pela Portaria n.º 633/2007, de 30 de Maio, que regula a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, bem como as competências das suas unidades orgânicas;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto,

permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, como director de serviços para as Relações Profissionais nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o licenciado Carlos Alberto Alves Antunes, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

**Currículo académico e profissional**

Data de nascimento — 16 de Abril de 1948.

Habilitações académicas e profissionais — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1973); pós-graduação em Políticas de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos (2000-2001) pela Universidade Autónoma de Lisboa; pós-graduação em Marketing Público e e-Government (2001-2002), pelo ISECM — Instituto Superior da Comunicação Empresarial. Frequência de cursos e seminários em diversas áreas, nomeadamente direito do trabalho, gestão dos recursos humanos e gestão e Administração Pública.

Experiência profissional — desde 2004, director de serviços para as Relações Profissionais de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social); assessor principal da Direcção dos Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 2002 a 2003; director de Recursos Humanos do ICP-ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações, de 1997 a 2002; director de Pessoal da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, de 1982 a 1996; chefe de divisão de Estudos Administrativos da Secretaria-Geral do Ministério dos Transportes e Comunicações, de 1978 a 1982; adjunto do Gabinete do Ministro da República dos Açores (1977); adjunto do Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações (1976); técnico do Gabinete de Relações de Trabalho do Ministério dos Transportes e Comunicações (1975).

Outros dados de interesse — consultor jurídico para questões de direito do trabalho no GATRANS (1979-1980); consultor para assuntos de pessoal e de natureza jurídico-laboral na LUSOCERAM (1981-1982); consultor integrante de uma equipa da COOPERS e LYBRAND e da CESO-CI, tendo participado no projecto de «Avaliação das necessidades de formação em contabilidade» no âmbito do PREGÉ — Projecto do Reforço da Capacidade de Gestão Económica, Componente de Recursos Humanos em Angola (1994); membro da Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG), fazendo parte dos actuais corpos sociais da Associação.

Trabalhos e publicações:

*Legislação do Trabalho nos Países de Língua Portuguesa*, em co-autoria com Perdígão, Carlos, Coimbra Editora, 2006;

*Qualidade nos Serviços Públicos*, no âmbito da pós-graduação em Marketing Público (2002);

*Modelos de Gestão de Recursos Humanos*, no âmbito da pós-graduação em Políticas de Desenvolvimento e Gestão de Recursos Humanos (2001);

Artigos diversos na revista *Pessoal* sobre gestão RH e direito do trabalho.

**Despacho n.º 24 638/2007**

Considerando a criação, na Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, da Divisão de Condições Gerais de Trabalho;

Considerando que se encontra vago o correspondente cargo de chefe de divisão;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, permite que os cargos dirigentes sejam exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar;

Nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º e do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, chefe de divisão de Condições Gerais de Trabalho, da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, a licenciada Maria Fernanda Rodrigues Alves Estevez, do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, a qual possui todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo.